

Sumário

Número de notícias: 15 | Número de veículos: 8

O ESTADO DE S. PAULO - NEGÓCIOS
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Empresas admitem espionagem com compra de dados de servidores públicos.....3

CORREIO BRAZILIENSE - ON LINE - NOTÍCIAS
SEGURIDADE SOCIAL

INSS reajusta benefícios e alíquotas; confira os novos valores.....5

PORTAL TERRA - NOTÍCIAS
REFORMA TRIBUTÁRIA

Lula sanciona projeto de renegociação de dívidas dos Estados com vários vetos.....8

VALOR ECONÔMICO - SP - LEGISLAÇÃO E TRIBUTOS
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Estados e municípios venceram maioria das disputas no Supremo e STJ em 2024.....9

CORREIO BRAZILIENSE - DF - POLÍTICA
ECONOMIA

Há 40 anos, a eleição de Tancredo.....11

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
ECONOMIA

Governo terá cenário com economia menos aquecida em ano eleitoral.....13

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
ECONOMIA

Só os juros não resolvem.....14

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
ECONOMIA

Projeção de PIB para 2026 é de 1,8%, o pior da atual gestão.....15

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
ECONOMIA

Mercado estima inflação de 5% em 2025 e dólar a R\$ 6 no fim do ano.....16

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
ECONOMIA

Para chefe da Eurasia, Trump é 'mais perigoso' para emergentes.....17

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
ECONOMIA

China tem superávit comercial recorde de quase US\$ 1 tri.....18

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
ECONOMIA

Diretor do BC vê juro em patamar "bastante contracionista".....19

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
ECONOMIA

Receitas extraordinárias de R\$ 40 bi vão ajudar resultado do governo.....20

VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS
ECONOMIA

BC tem instrumento para levar inflação à meta, diz diretor.....21

VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

"Efeito Trump" deve ampliar lucro de bancos americanos no 4º tri.....23

Empresas admitem espionagem com compra de dados de servidores públicos

Investigações sobre um esquema de venda de dados sigilosos de comércio exterior extraídos dos sistemas da **Receita Federal** e do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (Mdic) revelaram que ao menos 30 empresas nacionais e multinacionais compraram ilegalmente relatórios com informações estratégicas de seus concorrentes, ao custo de R\$ 650 a R\$ 3 mil por relatório, segundo a Polícia Federal. Nomes como a fabricante de revestimentos Por-tobello e a têxtil Vicunha, além de estrangeiras como a Noja Power, admitiram a espionagem ilegal.

Essas empresas passaram a ser investigadas em processos individuais distribuídos entre **Receita Federal**, Mdic e Con-troladoria-Geral da União (C-GU), como consequência da Operação Spy, deflagrada pela Polícia Federal (PF) no final de 2017. Os casos agora estão próximos da conclusão.

De acordo com relatório da PF, comprando os dados as companhias conseguiam saber "todos os movimentos das empresas importadoras e exportadoras, estudar seus concorrentes, diagnosticar oportunidades e possíveis ameaças, bem como determinar se uma importação ou exportação de um produto ainda era rentável".

Cerca de 30 companhias admitiram a conduta irregular e firmaram acordos com as autoridades para atenuar as sanções previstas em lei, segundo dados reunidos pelos investigadores e que foram obtidos pelo Estadão/Broadcast. Entre elas estão a catarinense Portobello, com faturamento anual de R\$ 2,2 bilhões e listada na B3, além da Vicunha Serviços, ligada ao grupo têxtil Vicunha, da família Steinbruch (dona da CSN), com faturamento anual de R\$ 2,5 bilhões.

Procurada, a Vicunha não quis comentar. A Portobello e a Noja Power não responderam à reportagem até a noite de ontem.

CONFISSÃO. As subsidiárias brasileiras da multinacional britânica de equipamentos de energia Noja Power, presente em mais de 100 países, e da indústria química americana Innovative Water Care (então Si-gura), estão entre as estrangeiras que admitiram culpa e firmaram acordos.

Também optaram pela confissão e o julgamento

antecipado, com atenuantes na pena, a Dufrio, rede de comércio de refrigeração, com cerca de 30 lojas e faturamento anual na casa de R\$ 2 bilhões, e a Timbro, uma das maiores tradings do País, com faturamento superior a R\$ 10 bilhões. Procurada, a Timbro não fez comentários. A Innovative Water Care não retornou os contatos. A reportagem não conseguiu falar com representantes da Dufrio.

Admissão de culpa é uma forma de encerrar o processo rapidamente e isentar-se de arcar com sanções mais pesadas. A Dufrio, por exemplo, foi punida com multa de cerca de R\$ 2 milhões. Sem o acordo, poderia ter de pagar até R\$ 412 milhões, ou 20% do seu faturamento.

MAIS PROCESSOS. O elevado número de acordos, com admissão de responsabilidade, é visto como uma vitória pelas

autoridades que atuaram no caso. Mas há ainda cerca de 20 processos em andamento nas três esferas da administração federal (CGU, Mdic e Receita). Segundo apurou o Estadão/Broadcast, essa lista inclui também grandes conglomerados nacionais e estrangeiros, como a Braskem e a multinacional europeia Louis Dreyfus.

Procurada, a Braskem disse que contribuiu ativamente com as investigações, "cumprindo seu compromisso de colaboração e transparência". A Louis Dreyfus não retornou.

De acordo com as autoridades, as empresas tinham como saber que as informações compradas eram ilegais. Assim, contribuíram para incentivar o pagamento de propina aos **servidores públicos** que vazaram os dados sigilosos, avaliam os técnicos que apuraram o caso. Houve ainda negligência em relação aos "fornecedores", já que os intermediários que lhes ofereciam os dados eram "empresas de fachada", diz a PF.

HISTÓRICO. A existência da rede clandestina foi confirmada pela Polícia Federal em outubro de 2017. Cerca de 60 policiais tinham como alvos servidores federais suspeitos de vazarem dados, assim como representantes das empresas inter-mediadoras que os comercializavam no mercado.

Na época, o esquema foi classificado como uma "grande rede de espionagem industrial", prática que perdurou por anos e acabou lesando mais de 1 mil empresas no País, segundo a PF. O avanço das investigações levou a uma lista de mais de 150 companhias suspeitas de terem adquirido dados por meio do esquema.

As investigações mostraram que os documentos eram produzidos conforme as demandas das empresas interessadas. "Referidos destinatários são, ao que se pode identificar até o momento, grandes empresas nacionais que se utilizam das informações compradas para adquirir vantagens comerciais estratégicas nos mercados em que atuam", diz relatório da PF.

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

INSS reajusta benefícios e alíquotas; confira os novos valores

Rafaela Gonçalves +

O Ministério da **Previdência Social** reajustou os valores de benefícios pagos pelo Instituto Nacional de Seguridade Social (**INSS**) para 2025. Também foram revistas as alíquotas de contribuição previdenciária, que são descontadas mensalmente do salário dos trabalhadores. De acordo com o reajuste, o teto das aposentadorias subiu dos atuais R\$ 7.786,02 para R\$ 8.157,41.

O piso previdenciário, valor mínimo dos benefícios de aposentadoria, auxílio-doença, pensão por morte, será de R\$ 1.518, mesmo valor do salário-mínimo nacional vigente, que teve correção de 7,5%. Os segurados que recebem acima do salário-mínimo terão os benefícios reajustados em 4,77%, correspondente à **inflação** acumulada pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) em 2024.

A correção vale para os segurados que já recebiam benefícios do **INSS** em 1º de fevereiro de 2024. O reajuste será proporcional ao número de meses em que o benefício foi concedido, no caso de quem começou a receber a aposentadoria após essa data. Os benefícios, portanto, tiveram esse reajuste, 4,77%, mas o salário-mínimo teve um reajuste de 7,5%. Então, isso dá uma sensação de achatamento salarial para os aposentados que recebem acima do mínimo, destaca Thais Riedel, presidente do Instituto Brasileiro de Direito Previdenciário (Ibdprev).

Atualmente, são pagos mais de 12,1 milhões de benefícios com valor superior ao piso nacional. No entanto, segundo dados do **INSS**, cerca de 70% dos pagamentos correspondem a benefícios no valor de até um salário mínimo.

O número reflete a desigualdade socioeconômica do país e suscita debates sobre o impacto das políticas previdenciárias nos rendimentos dos trabalhadores, conforme destacou o advogado Washington Barbosa, especialista em Direito Previdenciário e mestre em Direito das Relações Sociais e Trabalhistas.

Existem três fatores principais que explicam esse cenário, o primeiro é a baixa renda da população em geral. A maioria dos brasileiros ganha muito pouco e, conseqüentemente, contribui com valores menores para o **INSS**, o que resulta em benefícios reduzidos na

aposentadoria, aponta.

Outro aspecto relevante, segundo Barbosa, é o achatamento salarial ao longo do tempo. Ele explica que mesmo para quem ganha acima de um salário mínimo, o reajuste do piso nacional frequentemente supera os índices aplicados a benefícios previdenciários maiores. Assim, pessoas que se aposentaram com valores equivalentes a dois ou três salários mínimos acabam vendo seus rendimentos reduzidos até alcançar o piso previdenciário.

Além disso, as recentes mudanças nas regras de cálculo dos benefícios, especialmente aqueles relacionados à incapacidade laboral e à pensão por morte, também contribuem para o quadro atual. Mesmo que o segurado tenha contribuído com valores mais altos durante sua vida laboral, os novos critérios de cálculo fazem com que muitos benefícios sejam concedidos com valores próximos ao salário mínimo, ressalta o especialista.

O valor da cota do salário-família subiu de R\$ 62,04 para R\$ 65. O pagamento é feito para quem tem filho ou equiparado de até 14 anos, com uma remuneração mensal de até R\$ 1.906,04. O valor máximo anterior era de R\$ 1.819,26.

Pessoas vítimas de síndrome da talidomida e hanseníase também tiveram valores reajustados para R\$ 2.108,31. Já o teto das indenizações pagas aos segurados que ganharam ações contra o **INSS** na Justiça aumentou de R\$ 84.720 para R\$ 91.080 (ou 60 salários mínimos).

Para Barbosa, a grande maioria dos beneficiários receberem o valor mínimo evidencia desafios estruturais que precisam ser enfrentados para garantir uma maior equidade no sistema previdenciário. É necessário repensar os critérios de reajuste e ampliar o acesso a rendas maiores, de forma a evitar que os aposentados enfrentem dificuldades financeiras em uma fase da vida em que a segurança econômica é essencial, avalia.

As alíquotas de descontos da contribuição previdenciária também terão reajuste de 4,77%, equivalente à **inflação** medida pelo INPC. As alíquotas são progressivas incidem de acordo com a faixa salarial do trabalhador.

O desconto será de são de 7,5% para aqueles que ganham até R\$ 1.518,00; de 9% para quem ganha entre R\$ 1.518,01 até R\$ 2.793,88; de 12% para os que ganham entre R\$ 2.793,89 até R\$ 4.190,83; e de 14% para quem ganha de R\$ 4.190,84 até

R\$ 8.157,41. A contribuição dos **servidores públicos** possui um sistema de descontos com mais faixas de recolhimento. (Ver tabela abaixo)

Os novos valores são válidos para trabalhadores empregados, domésticos e trabalhadores avulsos, e serão descontados a partir da folha de pagamento de fevereiro, relativa ao salário de janeiro.

Siga o canal do Correio no WhatsApp e receba as principais notícias do dia no seu celular ?

Salário de contribuição Alíquotas (Em %)

Até R\$ 1.518 7,50

De R\$ 1.518,01 até R\$ 2.793,88: 9,00

De R\$ 2.793,89 até R\$ 4.190,83 12,00

De R\$ 4.190,84 a R\$ 8.157,41 14,00

De R\$ 8.157,42 até R\$ 13.969,49 14,50

De R\$ 13.969,50 até R\$ 27.938,95 16,50

De R\$ 27.938,96 até R\$ 54.480,97 19,00

Acima de R\$ 54.480,97 22,00

Fonte: **INSS**

O Ministério da **Previdência Social** reajustou os valores de benefícios pagos pelo Instituto Nacional de Segurança Social (**INSS**) para 2025. Também foram revistas as alíquotas de contribuição previdenciária, que são descontadas mensalmente do salário dos trabalhadores. De acordo com o reajuste, o teto das aposentadorias subiu dos atuais R\$ 7.786,02 para R\$ 8.157,41.

O piso previdenciário, valor mínimo dos benefícios de aposentadoria, auxílio-doença, pensão por morte, será de R\$ 1.518, mesmo valor do salário-mínimo nacional vigente, que teve correção de 7,5%. Os segurados que recebem acima do salário-mínimo terão os benefícios reajustados em 4,77%, correspondente à **inflação** acumulada pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) em 2024.

A correção vale para os segurados que já recebiam

benefícios do **INSS** em 1º de fevereiro de 2024. O reajuste será proporcional ao número de meses em que o benefício foi concedido, no caso de quem começou a receber a aposentadoria após essa data. Os benefícios, portanto, tiveram esse reajuste, 4,77%, mas o salário-mínimo teve um reajuste de 7,5%. Então, isso dá uma sensação de achatamento salarial para os aposentados que recebem acima do mínimo, destaca Thais Riedel, presidente do Instituto Brasileiro de Direito Previdenciário (Ibdprev).

Atualmente, são pagos mais de 12,1 milhões de benefícios com valor superior ao piso nacional. No entanto, segundo dados do **INSS**, cerca de 70% dos pagamentos correspondem a benefícios no valor de até um salário mínimo.

O número reflete a desigualdade socioeconômica do país e suscita debates sobre o impacto das políticas previdenciárias nos rendimentos dos trabalhadores, conforme destacou o advogado Washington Barbosa, especialista em Direito Previdenciário e mestre em Direito das Relações Sociais e Trabalhistas.

Existem três fatores principais que explicam esse cenário, o primeiro é a baixa renda da população em geral. A maioria dos brasileiros ganha muito pouco e, conseqüentemente, contribui com valores menores para o **INSS**, o que resulta em benefícios reduzidos na aposentadoria, aponta.

Outro aspecto relevante, segundo Barbosa, é o achatamento salarial ao longo do tempo. Ele explica que mesmo para quem ganha acima de um salário mínimo, o reajuste do piso nacional frequentemente supera os índices aplicados a benefícios previdenciários maiores. Assim, pessoas que se aposentaram com valores equivalentes a dois ou três salários mínimos acabam vendo seus rendimentos reduzidos até alcançar o piso previdenciário.

Além disso, as recentes mudanças nas regras de cálculo dos benefícios, especialmente aqueles relacionados à incapacidade laboral e à pensão por morte, também contribuem para o quadro atual. Mesmo que o segurado tenha contribuído com valores mais altos durante sua vida laboral, os novos critérios de cálculo fazem com que muitos benefícios sejam concedidos com valores próximos ao salário mínimo, ressalta o especialista.

O valor da cota do salário-família subiu de R\$ 62,04 para R\$ 65. O pagamento é feito para quem tem filho ou equiparado de até 14 anos, com uma remuneração mensal de até R\$ 1.906,04. O valor máximo anterior era de R\$ 1.819,26.

Pessoas vítimas de síndrome da talidomida e

hanseníase também tiveram valores reajustados para R\$ 2.108,31. Já o teto das indenizações pagas aos segurados que ganharam ações contra o **INSS** na Justiça aumentou de R\$ 84.720 para R\$ 91.080 (ou 60 salários mínimos).

Para Barbosa, a grande maioria dos beneficiários receberem o valor mínimo evidencia desafios estruturais que precisam ser enfrentados para garantir uma maior equidade no sistema previdenciário. É necessário repensar os critérios de reajuste e ampliar o acesso a rendas maiores, de forma a evitar que os aposentados enfrentem dificuldades financeiras em uma fase da vida em que a segurança econômica é essencial, avalia.

As alíquotas de descontos da contribuição previdenciária também terão reajuste de 4,77%, equivalente à **inflação** medida pelo INPC. As alíquotas são progressivas incidem de acordo com a faixa salarial do trabalhador.

O desconto será de 7,5% para aqueles que ganham até R\$ 1.518,00; de 9% para quem ganha entre R\$ 1.518,01 até R\$ 2.793,88; de 12% para os que ganham entre R\$ 2.793,89 até R\$ 4.190,83; e de 14% para quem ganha de R\$ 4.190,84 até

R\$ 8.157,41. A contribuição dos **servidores públicos** possui um sistema de descontos com mais faixas de recolhimento. (Ver tabela abaixo)

Os novos valores são válidos para trabalhadores empregados, domésticos e trabalhadores avulsos, e serão descontados a partir da folha de pagamento de fevereiro, relativa ao salário de janeiro.

Siga o canal do Correio no WhatsApp e receba as principais notícias do dia no seu celular ?

Salário de contribuição Alíquotas (Em %)

Até R\$ 1.518,50

De R\$ 1.518,01 até R\$ 2.793,88: 9,00

De R\$ 2.793,89 até R\$ 4.190,83 12,00

De R\$ 4.190,84 a R\$ 8.157,41 14,00

De R\$ 8.157,42 até R\$ 13.969,49 14,50

De R\$ 13.969,50 até R\$ 27.938,95 16,50

De R\$ 27.938,96 até R\$ 54.480,97 19,00

Acima de R\$ 54.480,97 22,00

Fonte: **INSS**

Site:

<https://www.correiobraziliense.com.br/economia/2025/01/7033881-inss-reajusta-beneficios-e-aliquotas-confira-os-novos-valores.html>

Lula sanciona projeto de renegociação de dívidas dos Estados com vários vetos

BRASÍLIA - O presidente Luiz Inácio Lula da Silva sancionou, com diversos vetos, o projeto que cria o Programa de Pleno Pagamento de Dívidas dos Estados (Propag). O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, já havia adiantado na semana passada que o Planalto vetaria todos os dispositivos com impacto no resultado primário (a diferença entre as receitas e despesas públicas, excetuando o pagamento do juro da dívida) do Governo Central.

Como mostrou o Broadcast Político, o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), indicou apoio aos vetos de Lula ao projeto. Pacheco se reuniu nesta segunda-feira, 13, com Haddad, o ministro da Casa Civil, Rui Costa, e o líder do governo no Congresso, Randolfe Rodrigues (PT-AP), na Residência Oficial da Presidência do Senado. Os integrantes do governo disseram que o essencial do projeto aprovado no ano passado seria mantido, como a redução dos juros, alongamento da dívida e uso de ativos dos Estados para o abatimento da dívida.

Lula vetou o artigo que permitia aos governadores utilizarem os recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento Regional (FNDR), criado pela **reforma tributária**, para abater uma parcela da dívida do Estado com a União, um dispositivo que, como Broadcast mostrou em agosto do ano passado, causava estranhamento à equipe econômica.

Em que pese a boa intenção do legislador, os dispositivos incorrem em vício de inconstitucionalidade ao violar o disposto no § 1º do art. 159-A da Constituição, em virtude da previsão de restrição ao recebimento dos recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento Regional - FNDR, decorrente da possibilidade de adimplemento das dívidas dos entes federativos com a União por meio da cessão parcial ou integral do fluxo de recebíveis do referido Fundo, razão pela qual se faz imperioso o veto, destacou o Planalto, em despacho publicado no Diário Oficial da União (DOU).

O governo também vetou o trecho do que permitia aos entes abaterem uma fatia de seus passivos com a União caso executem despesas, como obras, originalmente de responsabilidade do governo federal.

O dispositivo incorre em vício de inconstitucionalidade, pois permite à União assumir obrigações de exercícios

passados sem a formalização prévia de acordos, por meio de convênios, contratos de repasse ou termos de parceria, o que geraria insegurança jurídica e resultaria em renúncia de receita, comprometendo o equilíbrio financeiro da União e contrariando o disposto no art. 113 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e no art. 132 da Lei nº 15.080, de 30 de dezembro de 2024?, justificou o Planalto. Além disso, a falta de clareza na separação das responsabilidades entre entes federativos encontra grande dificuldade, uma vez que muitas atribuições são de competência concorrente, dificultando a definição dos responsáveis e o grau de responsabilidade por determinada obra.

Lula também vetou os artigos que permitiam que Estados inscritos no Regime de Recuperação Fiscal (RRF) - Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e Goiás - acumulassem os benefícios com o Propag, já que isso ampliaria o impacto fiscal do Programa para a União. Outro artigo vetado dispensava os Estados que solicitassem adesão ao Propag de cumprirem as metas já pactuadas no RRF. O presidente também vetou um artigo que suspendia os gatilhos da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) em caso de violação aos limites de despesas de pessoal pelos Estados.

Site: <https://www.terra.com.br/economia/lula-sanciona-projeto-de-renegociacao-de-dividas-dos-estados-com-varios-vetos,53716f1444e6a5bda8036f9527aa3043xyfls0ae.html>

Estados e municípios venceram maioria das disputas no Supremo e STJ em 2024



Lana Borges: modulação talvez seja um dos grandes focos de insegurança jurídica

Por Marcela Villar - De São Paulo

Os contribuintes enfrentaram em 2024, nos tribunais superiores, cinco relevantes discussões envolvendo **tributos** estaduais ou municipais e só venceram uma delas. Foi no julgamento do Supremo Tribunal Federal (STF) que afastou o ITCMD sobre os planos de previdência privada PGBL e VGBL em caso de morte do titular. Mas há possibilidades de vitórias de impacto este ano.

O caso do ITCMD foi definido em dezembro, por unanimidade. Os ministros livraram os contribuintes da tributação cobrada pelos Estados, por conta da natureza de seguro desses planos e não de herança (RE 1363013). O levantamento foi feito a pedido do Valor pelo escritório de advocacia Machado Associados.

Uma das derrotas foi no julgamento de uma das teses filhotes da tese do século - decisão do STF que excluiu o ICMS da base do PIS e da Cofins (Tema 69). O Superior Tribunal de Justiça (STJ) analisava justamente o inverso: se incidia o PIS/Cofins na base do ICMS. Em decisão unânime, a Corte entendeu que as contribuições sociais devem compor a base de cálculo do tributo estadual (Tema 1223).

Prevaleceu no caso o voto do relator, o ministro Paulo Sérgio Domingues, que entendeu não haver previsão

legal específica para a exclusão. A jurisprudência do STJ sobre o tema já era contrária ao contribuinte, com acórdãos da 2ª Turma e decisões monocráticas da 1ª Turma desfavoráveis. Eles, porém, não se deram por vencidos e querem levar o caso ao Supremo.

Outra derrota relevante foi a decisão unânime da 1ª Seção que validou a inclusão das tarifas correspondentes ao custo de transmissão (TUST) e de distribuição (TUSD) de energia elétrica na base de cálculo do ICMS. Como o julgamento foi em recurso repetitivo, deve ser aplicado a todo o Judiciário (Tema 986).

Para os contribuintes, o ICMS só poderia incidir sobre o valor da mercadoria - no caso, a energia elétrica - e não sobre todos os valores envolvidos na operação. Já os Estados defendem que o ICMS tem de ser cobrado sobre o valor da operação, com todos os custos embutidos.

Essa é mais uma discussão que deverá ser reanalisada pelos ministros do STF. Será julgada a constitucionalidade da Lei Complementar nº 194, de 2022, que exclui essas tarifas do ICMS (ADI 7195).

Também deve estar na pauta do Supremo, neste ano, a cobrança de IPTU de concessionárias públicas (Tema 1297). Foi admitida a repercussão geral da matéria em abril de 2024, com a determinação da suspensão nacional dos processos pelo relator, o ministro André Mendonça, no início de dezembro.

Somente para as concessões de ferrovias, se a cobrança for permitida, a tese elevaria o custo dos contratos em R\$ 3,5 bilhões por ano, segundo a Associação Nacional dos Transportadores Ferroviários (ANTF). Além disso, há o risco de uma exigência retroativa de R\$ 17 bilhões.

Nesse caso, para a procuradora-geral adjunta de Representação Judicial da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), Lana Borges, é preciso delimitar o objeto da concessão. "O problema é como fazê-lo diante de um Supremo Tribunal Federal que tem sim posicionamentos divergentes", disse ela, em live promovida pela Associação Brasileira de Direito Tributário (Abradt), pelo YouTube, em dezembro.

É uma discussão, acrescentou, "que tem que proteger

um instituto seríssimo que é o instituto da concessão, sob pena de perdermos esse conceito e de, inclusive, considerarmos atividades que exploram o comércio como objeto de concessão". Na visão dela, que integra a Câmara de Promoção de Segurança Jurídica no Ambiente de Negócios (Sejan), criado pela Advocacia-Geral da União (AGU), o debate deve ser feito sob a ótica do pacto federativo.

A Sejan, inclusive, fez um parecer para os ministros do STF sobre o tema. Acata a tese dos contribuintes, defendendo que o IPTU não deve ser cobrado sobre imóveis da União e de entidades federais que estejam em uso de concessionárias na prestação de serviço público. Mas o tributo pode e deve ser exigido sobre áreas que não estejam vinculadas à prestação do serviço público - como lojas em aeroportos, rodoviárias e ferrovias.

O tributarista João Rolla, sócio do Rodolfo Gropen Advocacia, escritório que atua na ação do STF sobre o tema, diz que o parecer da AGU é de grande relevância. "Além de acatar a tese que defendemos, deixa muito claro o impacto sistêmico que a tributação acarretará na modelagem de concessões presentes e futuras." A ação envolve a maior ferrovia do Brasil, a Ferrovia Centro-Atlântica (FCA), principal eixo de conexão entre o Sudeste, Nordeste e Centro-Oeste, da empresa VLI Logística.

Na live, a procuradora Lana Borges também criticou o instituto da modulação dos efeitos, criada para garantir a segurança jurídica. "Hoje, talvez seja um dos grandes focos de insegurança jurídica." Para ela, essa "insegurança jurídica" interessa, principalmente, aos devedores contumazes. "Ao contribuinte sério, que quer saber o quanto pagar, como pagar e que quer pagar o mesmo que o seu concorrente paga, para que exista, sim, uma concorrência igualitária, num campo de lealdade, este contribuinte não está interessado em segurança jurídica."

Outros julgamentos relevantes analisados em 2024 para os Estados foi o que manteve a cobrança do ICMS sobre operações de transporte marítimo, afretamento e navegação de apoio marítimo, de relatoria do ministro Luiz Fux (ADI 2779). Um quinto e último foi a manutenção do ISS sobre franquia postal, ação na qual é relator o ministro Flávio Dino (ADI 4784).

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/188089?page=1§ion=1>

Há 40 anos, a eleição de Tancredo

Um marco na redemocratização do país, a eleição indireta de Tancredo Neves para a Presidência da República completa 40 anos amanhã. Durante a ditadura, os presidentes eram escolhidos em eleições indiretas pelo Colégio Eleitoral, composto por membros do Congresso e delegados das assembleias legislativas de todo o país. Em 1985, concorreram Paulo Maluf (PDS) e Tancredo Neves (do então PMDB).

Nascido em 4 de março de 1910 em São João del Rei (MG), Tancredo construiu uma sólida carreira na política. Advogado, industrial e administrador, foi vereador, deputado estadual e o relator da Constituição mineira de 1947. Também foi deputado federal e ministro da Justiça do governo de Getúlio Vargas. Disputou o governo de Minas Gerais duas vezes. Perdeu na primeira (1960) e ganhou na segunda (1982). Em 1984, foi escolhido pelo PMDB para disputar a Presidência da República.

A vitória de Tancredo foi consequência do enfraquecimento da ditadura, que viu a campanha das Diretas ganhar força e exigir nas ruas o direito do voto direto para presidente da República. "A campanha das Diretas é o ápice de todo um processo de desconstrução da ditadura que ocorre desde o fim da década de 1970.

Há uma crise econômica, uma incapacidade da ditadura de se manter", lembra Deusdedith Rocha Júnior, professor de história do UniCeub.

O movimento não conseguiu seu objetivo nas eleições de 1985, mas a derrota de Paulo Maluf (PDS), candidato apoiado (em parte) pelos militares, marcou o fim do período autoritário - Tancredo recebeu 480 votos, contra 180 de Maluf, e houve 26 abstenções.

Depois do fim do AI-5, em 1978, e da Lei da Anistia, em 1979, pela primeira vez, desde 1964, um civil ocuparia o cargo político mais importante do país.

Além de abrir caminho para as eleições diretas, o principal desafio do novo governo era frear a **inflação** que cresceu durante o regime militar - em 1985, foi de 235% ao ano.

"Ao assumir essa enorme responsabilidade, o homem público se entrega a destino maior do que todas as suas aspirações, e ele não poderá cumprir senão como permanente submissão ao povo.

(...) Não celebramos, hoje, uma vitória política. Esta solenidade não é a do júbilo de uma facção que tenha submetido a outra, mas festa da conciliação nacional, em torno de um programa político amplo, destinado a abrir novo e fecundo tempo ao nosso país", dizia o discurso preparado por Tancredo Neves para sua posse, em 15 de março de 1985.

O presidente eleito, no entanto, jamais assumiu o cargo. Adoeceu depois da eleição e sofria de fortes dores abdominais. Só foi internado em 14 de março de 1985, véspera da posse, depois de passar mal. Tancredo temia que, se fosse internado, João Figueiredo, o último general presidente da República, impediria a posse de José Sarney, seu vice.

Então senador, Sarney era malvisto por Figueiredo porque, depois de ter apoiado a ditadura, mudou de lado e filiou-se ao PMDB, em 1984. "Naquele momento, a ideia de que tudo poderia se perder era muito presente.

No entanto, também devemos lembrar de fatos que são importantes. O candidato do governo que concorreu com Tancredo foi o Paulo Maluf, que não tinha apoio do próprio Figueiredo.

De uma certa maneira, a desarticulação do grupo no poder era muito grande", explica Deusdedith Rocha Júnior.

Apesar dos temores de Tancredo, Sarney foi empossado no dia seguinte, em 15 de março de 1985.

Tancredo ainda ficou mais de um mês internado e foi submetido a diversas cirurgias antes de ser declarado morto em 21 de abril daquele ano, sob uma forte comoção nacional. Apesar de não ter assumido o cargo, uma lei de 1986 o colocou na "galeria dos que foram unguídos pela Nação brasileira para a Suprema Legislativa".

Em 2022, foi declarado Patrono da Redemocratização brasileira, por lei aprovada pelo Congresso e sancionada pelo então presidente Jair Bolsonaro (PL).

José Sarney governou por cinco anos em um período marcado pela hiperinflação, que chegou a ultrapassar os 80% ao mês. Em 15 de março de 1990, passou a faixa presidencial a Fernando Collor de Mello (PRN) - escolhido presidente em eleições diretas um ano antes -, o que marcou o fim do período de transição democrática.

Collor viria a sofrer impeachment dois anos depois.

Site:

<https://flip.correio braziliense.com.br/edicao/impressa/6868/14-01-2025.html?all=1>

Governo terá cenário com economia menos aquecida em ano eleitoral

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva deve enfrentar uma encruzilhada na próxima disputa eleitoral. Com o cenário de juros em alta e a desconfiança elevada quanto ao rumo das contas públicas, o consenso entre os analistas é de que a economia brasileira caminha para desacelerar a partir da metade deste ano e colher um ritmo fraco de crescimento em 2026, ano da próxima eleição presidencial.

A dúvida que paira entre os especialistas é se o governo vai

aceitar a desaceleração prevista sem a adoção de novas medidas fiscais para tentar estimular a economia numa eleição que tende a ser difícil, dada a polarização do País. O caminho a ser seguido, no entanto, não é trivial. Isso porque não há mais margem de manobra para ampliar os gastos sem contratar uma nova rodada de piora dos preços dos ativos brasileiros.

"O cenário vai se desenrolar entre dois extremos. Um deles é o governo colocar a mão na cabeça e pensar que tudo o que foi feito até agora chegou a levar o câmbio para o patamar de R\$

6,15 e R\$ 6,20, o que vai dar uma **inflação** alta em 2025 e 2026. Isso também vai custar a popularidade e, portanto, algo seria feito

para acalmar o mercado", diz Luciano Sobral, economista-chefe da Neo Investimentos.

"Um outro extremo é o pessoal que defende uma ruptura

dizer que, até agora, o governo tentou agradar o mercado, mas não adiantou nada. E o projeto eleitoral será tocado com o que for possível de aumento de gastos. Essa ala entende que o mercado piora, mas o saldo seria positivo para a popularidade. Por enquanto, o governo não tem feito nem uma coisa nem outra. Parece relutante em seguir um desses caminhos", acrescenta.

Neste terceiro mandato, o presidente Lula adotou uma conduta diferente do que se observa tradicionalmente. Em geral, nos primeiros anos de governo se promove algum tipo

de ajuste para fazer a economia chegar melhor na metade final e, assim, garantir um caminho mais fácil para a reeleição ou para a vitória de um sucessor.

Mas não foi esse o roteiro escolhido. Com a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) da Transição, o governo já abriu uma margem bilionária para gastar mais logo na largada da gestão. Ao longo do atual mandato de Lula, as despesas obrigatórias também cresceram de forma acelerada, comprimindo o espaço para os gastos discricionários (não obrigatórios, como investimentos).

"Houve um aumento de gastos bastante elevado, que teve como consequência um crescimento acima do potencial e uma taxa de desemprego muito baixa, mas isso levou a uma pressão na **inflação**", diz Armando Castelar, pesquisador do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (FGV/Ibre). "O governo chega à segunda metade precisando frear, o que é inconsistente com a lógica político-eleitoral."

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Só os juros não resolvem

A economia está em um momento delicado. O câmbio está valorizado, mesmo com as intervenções do Banco Central no mercado. A **inflação** está acima do teto (4,5%), mesmo com a política monetária agressiva, levando os juros reais a um patamar próximo dos dois dígitos. Os capitais externos seguem fugindo do País, com o investimento muito abaixo do que precisaria pa-

ra manter o crescimento próximo a 3%. Se o dólar e a **inflação** servirem de termômetro, a febre está muito alta e, para lidar com esse quadro, é preciso cuidar, antes, da infecção.

Essa contaminação tem causa: excesso de gastos. O ano passado registrou recordes de arrecadação, e mesmo assim não foi possível atingir sequer o equilíbrio das contas primárias - sem contar o pagamento de juros. A relação entre dívida e Produto Interno Bruto (**PIB**) passou de pouco mais de 70% para quase 80% em dois anos. É um quadro insustentável.

Se todo esse movimento fiscal acontece em meio a um contexto econômico melhor do que o esperado, também é verdade que o País pode pagar um preço elevado por tentar lidar com o desajuste de forma artificial, com uma política de aumento constante das despesas que gera ainda mais desconfiança no mercado sobre a capacidade do governo de pagar seus compromissos.

Esse cenário também expande custos de importadores e exportadores, porque, se ninguém arrisca dizer qual será o câmbio da semana seguinte, isso fica ainda mais intenso considerando operações que vencem em um, três ou seis meses. No âmbito das finanças, o risco de descontrole da dívida pública do Brasil afugenta os investidores estrangeiros, que optam por comprar dólares. Isso se torna em mais aumento da **inflação**.

A economia, assim, está no limite do crescimento.

Enquanto a política fiscal acelera, o Banco Central é obrigado a frear (e ele já sinaliza com uma Selic a 15% neste ano). Com esse solavanco, o carro quebra.

É por isso que as críticas ao órgão têm sido injustas. Os juros não são a doença, mas justamente um remédio que pode ser aplicado até certa dose, antes que mate o paciente. A doença é a falta de controle fiscal. O câmbio e os preços são, assim, apenas

reflexo de uma economia em desequilíbrio - da qual o termômetro é a constatação.

Mas há uma terapia fundamental nesse caso: a reforma administrativa, capaz também de ajudar a tornar o Estado mais eficiente e, em longo prazo, melhorar a qualidade do gasto.

O Brasil tem tudo para ser um modelo de crescimento nas atuais circunstâncias do cenário global, e nós, do setor produtivo, continuamos otimistas com esse horizonte. O País vive hoje pelo sonho das economias avançadas: uma matriz energética limpa e total segurança alimentar.

A política fiscal não pode pôr tudo isso a perder.

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Projeção de PIB para 2026 é de 1,8%, o pior da atual gestão

Em 2023, no primeiro ano do terceiro mandato de Lula, a economia brasileira cresceu 3,2%. No ano passado, o Produto Interno Bruto (**PIB**) deve ter avançado um pouco mais de 3,5% - o dado será conhecido em março - e as projeções para 2025 e 2026 indicam uma alta próxima de 2% (mais informações em quadro ao lado).

Desde o início do governo, existia uma grande desconfiança com relação ao futuro das contas públicas do Brasil. No fim do ano passado, a equipe econômica apresentou um projeto de contenção dos gastos públicos com o objetivo de garantir a sobrevivência do arcabouço fiscal e tentar recuperar a credibilidade fiscal do País. O pacote, porém, foi mal rece-

bido. As medidas foram consideradas aquém do necessário para uma economia que precisa controlar seu endividamento - que tende a ser crescente ao longo dos próximos anos.

O mau humor cresceu ainda mais porque a equipe econômica apresentou junto uma proposta de isenção de Imposto de Renda para quem ganha até R\$

5 mil. Embora o governo tenha proposto a taxaço de quem recebe mais de R\$ 50 mil mensais para compensar a isenção do IR, há uma grande preocupação com uma possível perda de arrecadação bilionária. A medida também foi vista como uma derrota da ala econômica.

"O que nos preocupa é que não estamos enxergando condi-

ções políticas para o presidente Lula encaminhar uma nova rodada de ajuste fiscal capaz de apaziguar a crise de confiança que estamos vendo nas contas públicas", afirma Christopher Gar-man, diretor da Eurasia Group para as Américas. "O que não significa que não haverá respostas. Acredito que a equipe econômica terá condições de encaminhar medidas de contenção de gastos discricionários para tentar cumprir a meta de 2025."

RESULTADO PRIMÁRIO. A equipe econômica também promete entregar uma meta de resultado primário zero em 2025 e um superávit de 0,25% do **PIB** no ano que vem. Os alvos já foram mais

ambiciosos, mas foram alterados em abril do ano passado. "É muito imprevisível não apenas o que vai acontecer quando essa desaceleração chegar, mas até depois. Não é dado como certo que, após uma desaceleração, vai haver uma mudança de política econômica", diz Solange Srour, diretora de macroeconomia para o Brasil do UBS Global Wealth Management. "Existe uma incerteza muito grande sobre como vamos viver os próximos dois anos." Não houve um alívio nos preços dos ativos desde que o pacote de contenção de gastos foi apresentado. O combo de medidas fez com que o dólar ultrapassasse e se consolidasse acima do patamar de R\$ 6. Os juros

futuros dispararam. No relatório Focus desta semana, os analistas esperam que o Banco Central suba a taxa básica de juros (Selic) - atualmente em 12,25% ao ano - para 15% - patamar que seguirá até o fim do ano.

"Quando você olha as projeções do relatório Focus, por exemplo, elas são de um pouso suave. O gasto vai subir menos em 2025 e a taxa de juros vai estar extremamente alta. É menos aumento de gastos e mais juros para tentar segurar um pouco a economia e a **inflação** e, talvez, esse cenário crie algum espaço para a **inflação** estar mais baixa em 2026", diz Armando Caste-lar, pesquisador do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getulio Vargas (FGV/Ibre).

"O problema é que esses pousos nem sempre são tão tranquilos assim", acrescenta. "Quando desacelerar, o mercado de trabalho vai sentir, a folha salarial vai sentir. Como se evita um aumento mais forte de inadimplência, de problema de crédito? Esse é um risco. Um outro risco é a economia desacelerar, e o governo dizer que não quer isso, porque tem eleição no ano que vem."

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Mercado estima inflação de 5% em 2025 e dólar a R\$ 6 no fim do ano

A mediana do relatório Focus para o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IP-CA) de 2025 subiu pela 13ª semana consecutiva, de 4,99% para

5% - 0,5 ponto percentual acima do teto da meta, de 4,5%. Um mês atrás, era de 4,6%.

Na sexta-feira, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) informou que o IPCA de 2024 foi de 4,83%, acima do teto da meta, de 4,5%. Foi a oitava vez que o Banco Central (BC) des-cumpriu o alvo desde o início do regime de metas, em 1999.

Também no cenário de referência, o BC espera que o IPCA termine 2025 em 4,50%, e desacelere a 3,60% em 2026. As medianas indicam que o IPCA deve somar 1,78% no primeiro trimestre de 2025. Se confirmada, seria a maior taxa trimestral desde o mesmo período de 2023, quando a **inflação** acumulada de janeiro a março foi de 2,09%.

A mediana do relatório Focus para a Selic no fim de 2025 ficou estável em 15%. Um mês atrás, estava em 14,0%.

Para o dólar, a mediana para a cotação no fim de 2025 se estabilizou em R\$ 6. Um mês antes, era de R\$ 5,85. Quanto ao Produto Interno Bruto (**PIB**) brasileiro em 2025, a mediana ficou estável em 2,02%. Um mês antes, era de 2,01%. cícero

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Para chefe da Eurasia, Trump é 'mais perigoso' para emergentes

O cientista político e presidente da Eurasia, Ian Bremmer, classificou o ambiente como "mais perigoso" para os países em desenvolvimento com a volta de Donald Trump à Casa Branca, onde pretende adotar medidas de maior protecionismo aos Estados Unidos. E o Brasil, na sua visão, lidera essa lista à medida que enfrenta incertezas fiscais.

"É um ambiente mais perigoso para países em desenvolvimento, e certamente o Brasil estaria no topo dessa lista", avaliou Bremmer, em conversa com jornalistas na semana passada. Trump assume o cargo em no próximo dia 20.

De acordo com ele, reações negativas nos mercados como a vista recentemente em relação às incertezas fiscais no Brasil, com a desvalorização adicional do real, devem ser mais frequentes nos países em desenvolvimento neste ano.

"Quando o Brasil teve um desempenho um pouco abaixo do esperado em termos de gestão fiscal sob (opresidente) Lula, os mercados o puniram pesadamente, certo? E esse é o tipo de coisa que achamos que vamos ver muito mais nos países em desenvolvimento este ano, precisamente porque tanto os EUA quanto os chineses não estão buscando coordenar, estabilizar seu relacionamento ou melhorar a globalização", disse Bremmer.

Segundo ele, a gestão Trump começa ainda enquanto os países enfrentam um dólar particularmente já forte, além de **inflação** e dívida elevadas. Quanto ao acordo entre o Mercosul e a União Europeia, ele não vê grandes impactos.

"Eu não acho que o relacionamento dos países do Merco-sul com a União Europeia vai ajudar muito a lidar com isso", avaliou o CEO da Eurasia, ao comentar a administração Trump e a ameaça de tarifas comerciais mais duras.

Na sua visão, o ano de 2025 será intenso e o mais perigoso geopoliticamente desde o início da Guerra Fria. "Este é o ano em que há uma espécie de princípio de desordem geopo-lítica dominante para como o mundo funciona", disse.

UNILATERALISMO. A chegada do governo Trump deve ditar o unilateralismo no cenário global, com a

China em posição mais fraca para reagir e os demais países na defensiva. "Um dos maiores pontos fortes de Trump é sua imprevisibilidade, o fato de que outros países, outros líderes, interlocutores, não sabem o que ele vai fazer, e ainda assim é precisamente essa imprevisibilidade que impulsiona a incerteza, a volatilidade, o risco", concluiu Bremmer.

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

China tem superávit comercial recorde de quase US\$ 1 tri

A China anunciou ontem que seu superávit comercial alcançou quase US\$ 1 trilhão (R\$ 6,11 trilhões) no ano passado, à medida que suas exportações inundaram o globo, enquanto empresas e famílias do país foram mais cautelosas nos gastos com importações.

Quando ajustado pela **inflação**, o superávit comercial da China de 2024 superou qualquer outro no mundo no último século, incluindo potências exportadoras como Alemanha, Japão e Estados Unidos. As fábricas chinesas estão dominando a manufatura global em uma escala não vivenciada por nenhum país desde os EUA após a 2.a Guerra.

O fluxo de mercadorias das fábricas chinesas tem atraído críticas de uma lista cada vez mais extensa de parceiros comerciais da China (mais informações nesta página). Países industrializados, bem como nações em desenvolvimento, têm estabelecido tarifas, tentando desacelerar o ritmo de importação de produtos chineses. Em muitos casos, a China retaliou de forma semelhante, aproximando o mundo de uma guerra comercial que poderia desestabilizar ainda mais a economia global.

Donald Trump, presidente eleito dos EUA, ameaçou intensificar as já agressivas políticas comerciais americanas voltadas à China.

A Administração Geral das Alfândegas da China disse que o país exportou US\$ 3,58 trilhões (R\$ 21,8 trilhões) em bens e serviços no ano passado, enquanto importou US\$ 2,59 trilhões (R\$ 15,78 trilhões). O superávit resultante de US\$ 990 bilhões (R\$ 6 trilhões) quebrou o recorde anterior da China, de US\$ 838 bilhões (R\$ 5,10 trilhões) em 2022.

Fortes exportações em dezembro, incluindo algumas que podem ter sido apressadas para os EUA antes que Trump assuma o cargo na próxima semana e comece a aumentar as tarifas, levaram a China a um novo recorde de superávit em um único mês, de US\$ 104,8 bilhões (R\$ 638,85 trilhões).

SALÁRIO DOBRADO. As exportações da China, que vão de carros a painéis solares, têm proporcionado uma bonança econômica para o país. As exportações criaram milhões de empregos não apenas para trabalhadores de fábricas, cujos salários ajustados pela **inflação** dobraram aproximadamente na última

década, mas também para engenheiros, designers e cientistas de pesquisa muito bem remunerados.

Ao mesmo tempo, as importações chinesas de bens industriais desaceleraram acentuadamente. O país perseguiu a capacidade de se sustentar internamente nas últimas duas décadas, mais notavelmente por meio de sua política Made in China 2025, para a qual Pequim prometeu US\$ 300 bilhões (r\$ 1,82 trilhão). nyt

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Diretor do BC vê juro em patamar "bastante contracionista"

O diretor de Política Econômica do Banco Central (BC), Diogo Guillen, disse ontem ter "pouca dúvida" de que a política de juros da autoridade econômica está em um patamar contracionista, e se encaminha para um nível "bastante contracionista".

As declarações foram feitas em evento da Bradesco Asset ontem.

-Tenho pouca dúvida de que a gente está contracionista e está indo para bastante contracionista, quanto a isso tenho pouca dúvida -afirmou Guillen.

Uma política de juros contracionista consiste em aumentar a taxa de juros para tentar reduzir o consumo da população e controlar a **inflação**. A taxa básica de juro está atualmente em 12,25% ao ano, mas, na última reunião do Comitê de Política Monetária (Copom), em dezembro, o Banco Central já indicou dois aumentos de juros de 1 ponto percentual, o que levaria a taxa para 14,25% ao ano em março, caso essa previsão se confirme.

O diretor também afirmou

DINÂMICA DIFERENTE

Durante sua apresentação no evento, o diretor do BC disse ainda que o Brasil mostra uma dinâmica diferente ser cedo para discutir o momento em que o BC vai interromper o ciclo de alta de juros: -É difícil dar uma resposta concreta sobre a hora de parar, já que parar é sempre delicado. da de outros mercados emergentes, por ter expectativas de juros acima dos níveis vistos antes da pandemia.

O dirigente lembrou que a autoridade monetária ainda prevê duas elevações de um ponto na Selic diante de um cenário "adverso":

- Como migramos de um cenário mais incerto para um mais adverso, com materialização dos riscos, isso nos permitiu dar mais previsibilidade e indicar as próximas decisões e um ciclo maior. Por isso, indicamos duas reuniões à frente, com barra alta para alterar - afirmou Guillen, durante participação na live.

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Receitas extraordinárias de R\$ 40 bi vão ajudar resultado do governo

Por *Jéssica Sant'Ana - De Brasília*

O governo federal deverá contar com pelo menos R\$ 40 bilhões em receitas extraordinárias - ou seja, que não tendem a se repetir - nos resultados das contas públicas de novembro e dezembro de 2024. Os valores ajudarão a União a terminar o ano passado cumprindo a meta fiscal, considerando a banda de tolerância.

De acordo com levantamento feito pelo economista Fábio Serrano, do BTG Pactual, o resultado de novembro do governo central será ajudado em cerca de R\$ 12,1 bilhões em receitas extraordinárias, sendo cerca de R\$ 8 bilhões de dividendos oriundos da Petrobras e do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e R\$ 4,1 bilhões da renovação das outorgas de três usinas hidrelétricas da Copel, a companhia paranaense de energia elétrica. Ainda assim, a expectativa do banco é para um déficit das contas do governo central em novembro.

Já para o resultado de dezembro, a expectativa é que tenham ingressado no caixa da União mais R\$ 23 bilhões em dividendos extraordinários da Petrobras e do BNDES, R\$ 4 bilhões da renovação dos contratos das ferrovias da Vale e quase R\$ 2 bilhões em outorgas das empresas que foram autorizadas pelo Ministério da Fazenda a operar no mercado regulado de bets, como são conhecidas as empresas de apostas de quota fixa. O resultado de dezembro, impulsionado por essas receitas, será superavitário.

O Tesouro Nacional divulgará na quarta-feira (15), com quase três semanas de atraso, o resultado do governo central de novembro de 2024. Já os dados de dezembro devem ser divulgados no começo de fevereiro.

As receitas extraordinárias já estavam previstas no último relatório bimestral de avaliação de receitas e despesas do Orçamento do ano passado. Em alguns casos, como na renovação das ferrovias da Vale, ficaram até um pouco abaixo do esperado pelo governo, mas, de todo modo, é uma arrecadação que ajuda a equipe econômica. "Essas receitas extraordinárias do quarto trimestre [de 2024] vão ser essenciais para o cumprimento da meta", afirma Fábio Serrano.

Expectativa é que R\$ 12 bi tenham ingressado em novembro e R\$ 29 bi em dezembro

O mercado acredita, ainda, que outras receitas extraordinárias tenham ingressado em dezembro, como as do Refis das agências reguladoras, do programa de repatriação de recursos e da apropriação de débitos judiciais. No caso do Refis das agências, o governo espera uma receita extra de R\$ 2,7 bilhões.

Em entrevista à GloboNews, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, antecipou que o governo deve ter tido déficit de 0,1% do Produto Interno Bruto (**PIB**) em 2024, algo entre R\$ 10 bilhões e R\$ 15 bilhões, dependendo do **PIB** considerado. O número fica dentro da banda de tolerância, que admitia um déficit de até R\$ 28,8 bilhões (0,25% do **PIB**) no ano passado, mas não considera despesas extraordinárias com o Rio Grande do Sul e com o combate às queimadas.

Estimativas do mercado financeiro feitas com base em dados disponíveis sobre a execução orçamentária também apontam que o governo deve registrar déficit entre 0,1% e 0,2% do **PIB** em 2024, excluídas as despesas extraordinárias. O resultado representa uma melhora em relação a 2023, quando o déficit foi de 2,1% do **PIB**, influenciado pelo pagamento do estoque de precatórios que estava represado.

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/188089?page=1§ion=1>

BC tem instrumento para levar inflação à meta, diz diretor

Gabriel Roca e Víctor Rezende De São Paulo

Em meio a um aumento da desconfiança do mercado com os rumos da política econômica e a discussões sobre a chance de o Brasil entrar em um momento de dominância fiscal, o diretor de política econômica do Banco Central (BC), Diogo Guillen, buscou reforçar a atuação da autoridade monetária no combate às pressões inflacionárias. "Ao longo de setembro e outubro, o mercado começou a questionar se o BC tinha os instrumentos para levar a **inflação** para a meta em um cenário de fiscal mais expansionista e acho isso um equívoco. Temos os instrumentos e conseguiremos colocar a **inflação** na meta."

As declarações de Guillen foram dadas durante "live" organizada ontem pela Bradesco Asset Management, em que o diretor enfatizou que é importante ter os canais que permitam a atuação da política monetária. "Todos concordamos que é importante ter políticas harmônicas e contracíclicas. Elas são a melhor resposta para trazer a **inflação** para a meta", disse o dirigente, ao enfatizar ainda que, do lado do BC, não haverá qualquer qualificação sobre a política fiscal.

O dirigente disse também ter poucas dúvidas de que a política monetária está contracionista e caminhando para um nível "bastante contracionista". Ele não emitiu sinais mais fortes sobre o momento de encerramento do ciclo e enfatizou a prescrição futura ("guidance") dada para as duas próximas reuniões. "É difícil dar uma resposta concreta sobre a hora de parar, já que parar é sempre delicado", disse o dirigente, ao apontar para os efeitos defasados da política monetária e para a incerteza no cenário.

"Vamos ser sempre guiados pela confiança que temos de ter, de que estamos colocando a **inflação** na meta. Mais do que uma variável ou outra, temos de delinear a estratégia para colocar a **inflação** na meta. Esse é o mandato", disse o dirigente ao responder um questionamento feito pelo economista-chefe da gestora, Marcelo Toledo.

Ainda de acordo com Guillen, o "guidance" de altas de 1 ponto nas próximas duas reuniões do Co-pom está posto, mas o BC continuará a acompanhar os dados de atividade e de **inflação** e os impactos sobre as projeções. Ele, inclusive, destacou as surpresas diversas vistas nos dados de atividade econômica,

mas enfatizou que números mais recentes do comércio e da indústria, além de alguns dados de alta frequência, mostraram resultados mais fracos que o esperado. Para o diretor, no entanto, "é melhor não sobreponderar os dados da margem porque, às vezes, trata-se somente de uma oscilação".

Guillen, contudo, ressaltou que, diante da política monetária mais apertada, uma abertura do hiato do produto (medida de ociosidade da economia) seria "parte do processo de política monetária para desinflacionar a economia". "A surpresa tem sido muito mais a resiliência da atividade do que uma eventual abertura do hiato à frente", ressaltou o dirigente ao fazer referência aos efeitos esperados do aperto da política monetária.

Ainda em sua apresentação, Guillen lembrou que, sobre a questão fiscal, cerca de 80% dos analistas de mercado que participaram do questionário pré-Copom disseram que a situação das contas públicas havia piorado antes da reunião de dezembro. "O debate da nossa interação com o mercado tem sido mais sobre a sustentabilidade da dívida do que sobre o atingimento das metas do arcabouço anuais", disse o dirigente.

Questionado ainda sobre os efeitos de medidas do presidente eleito dos Estados Unidos, Donald Trump, sobre o Brasil, Guillen apontou que se sabe pouco sobre a magnitude das políticas e seus impactos sobre a economia. "Os impactos são os usuais: como vão bater no câmbio, expectativas e dinâmica inflacionária", disse. "Existe uma discussão sobre como as políticas irão afetar a **inflação** lá e o Federal Reserve, por questões de imigração", disse Guillen, ao lembrar ainda, de impactos sobre a China e de possíveis estímulos.

Nesse sentido, o dirigente ressaltou que não se pode "menosprezar o impacto" no Brasil. "Mas os movimentos recentes a gente não consegue explicar tanto pelo cenário global. Uma parcela maior disso foi provocado por uma questão doméstica", afirmou o dirigente.

Já em relação a intervenções do BC no câmbio, Guillen negou que tenha havido qualquer mudança na forma de conduzir a política cambial. "Fizemos e fazemos as intervenções para evitar disfuncionalidade na taxa de câmbio."

"Abertura do hiato é parte do processo de política monetária para desinflacionar a economia"

Diogo Guillen

Site:

**[https://valor.globo.com/virador/#/edition/188089?page=1
§ion=1](https://valor.globo.com/virador/#/edition/188089?page=1§ion=1)**

"Efeito Trump" deve ampliar lucro de bancos americanos no 4º tri

Por *Stephen Gandell - Financial Times, de Nova York*

Os maiores bancos dos Estados Unidos devem registrar um salto nos lucros dos últimos três meses de 2024, para US\$ 31 bilhões, depois que a vitória eleitoral de Donald Trump provocou um aumento na atividade de corretagem de valores em Wall Street e uma retomada na atividade de fusões e aquisições.

A previsão é de que os lucros dos seis maiores bancos americanos em ativos - J.P. Morgan Chase, Bank of America (BofA), Citigroup, Wells Fargo, Goldman Sachs e Morgan Stanley - aumentaram 16% em relação ao quarto trimestre de 2023, após excluir quase US\$ 10 bilhões em pagamentos que fizeram ao fundo garantidor de créditos no fim de 2023 para cobrir os custos das falências de bancos regionais naquele ano, segundo dados da Bloomberg.

As expectativas de lucros elevados seguem um aumento da volatilidade do mercado nas semanas que antecederam as eleições nos EUA, em 5 de novembro, seguidas por uma forte alta nas ações nas semanas que se seguiram. Vários bancos, como Citigroup e J.P. Morgan, disseram no fim do ano passado que a maior atividade de negociação de ações impulsionou suas receitas.

"Foi um fim de ano muito bom para os mercados de capitais", disse Scott Siefers, analista bancário na Piper Sandler. "No que se refere às margens de lucro, estamos em uma situação ideal, em que os bancos estão se beneficiando das taxas mais altas na extremidade longa da curva [prazos mais longos de juros], mas conseguiram reduzir os custos dos depósitos com os cortes [das taxas de juros] pelo Fed [Federal Reserve, o banco central americano]."

A expectativa é um aumento de quase 30% nas comissões de banco de investimento para os seis grandes bancos, para perto de US\$ 8,4 bilhões, já que os emissores corporativos aproveitaram uma queda nas taxas de juros no quarto trimestre para colocar dívida, e o mercado acionário em alta levou a uma maior oferta de ações, bem como a uma modesta retomada da atividade de fusões e aquisições.

As ações cederam um pouco desde o rali de novembro, mas os valores de mercado ainda mostram exuberância"

- Christopher Whalen

No geral, foi o melhor período de três meses para bancos de investimentos em três anos, mas as comissões ainda ficaram 50% abaixo dos US\$ 13 bilhões gerados coletivamente por trimestre em 2021, quando houve um frenesi de negócios em meio à pandemia.

Na atividade de corretagem, a estimativa é de que os seis grandes bancos tenham obtido juntos uma receita de US\$ 24,5 bilhões com operações nos mercados.

As ações dos bancos já subiram acentuadamente nos últimos meses, com o índice amplo de ações bancárias KBW apresentando alta de 33% no último ano, incluindo o ganho de 10% desde a vitória eleitoral de Trump. O preço da ação do Goldman Sachs subiu 50% no último ano, enquanto as ações do Wells Fargo e J.P. Morgan acumulam valorização de mais de 40%.

Alguns analistas temem que esses ganhos tenham estabelecido um padrão muito alto para os grandes bancos atingirem quando divulgarem os lucros do quarto trimestre de 2024 nesta semana.

"Dá para ver uma queda, mesmo que os números forem razoavelmente bons", diz Christopher Whalen, um analista experiente que preside a Whalen Global Advisors. "As ações cederam um pouco desde o rali de novembro, mas os valores de mercado ainda mostram exuberância."

O salto nas ações dos seis maiores bancos americanos as colocou em suas maiores avaliações - múltiplo de preço sobre lucro de 13 vezes - em anos, excluindo 2020, quando uma queda temporária nos lucros inflou esse número.

Os investidores estão apostando que os **impostos** mais baixos e a menor regulamentação sob o governo Trump levarão a um aumento renovado do crédito para todos os bancos, e um crescimento contínuo nas lucrativas comissões para as divisões de banco de investimentos dos maiores bancos do país, já que as fusões corporativas deverão sofrer um menor escrutínio de Washington.

Os requisitos regulatórios para os próprios bancos

deverão dar a eles a capacidade de assumir mais riscos ou aumentar os pagamentos aos acionistas através de recompras de ações ou dividendos, ambos os quais aumentariam os retornos dos investidores.

Porém, vários analistas bancários alertam que as políticas de Trump, incluindo as tarifas, poderão reacender a **inflação** e deixar as taxas de juros de curto prazo maiores por mais tempo do que muitos previam poucos meses atrás. Em um sinal dessas preocupações, dados vigorosos sobre o emprego nos EUA, divulgados na sexta-feira, fizeram os rendimentos dos títulos do Tesouro de curto prazo disparar, já que os investidores reduziram as expectativas de cortes dos juros pelo Fed neste ano.

O período prolongado de taxas de juros de curto prazo elevadas forçou os bancos a pagar mais pelos depósitos, o que consumiu os lucros com o crédito. A receita líquida de juros dos grandes bancos, que atingiu o pico há mais de um ano, deverá cair novamente no quarto trimestre,

Os lucros com crédito no Wells Fargo, por exemplo, deverão cair mais de 8% em relação ao quarto trimestre de 2023. J.P. Morgan e Citigroup também devem registrar queda nos lucros com empréstimos, de 5% e 3%, respectivamente.

"Os bancos têm muito a oferecer em relação às expectativas", diz Charles Peabody, chefe da firma independente de análises Portales Partners. "Não estou preocupado com esse trimestre, mas me preocupo com 2025 porque, em relação aos riscos que estão se desenvolvendo, o otimismo é excessivo demais."

Site:

[https://valor.globo.com/virador/#/edition/188089?page=1
§ion=1](https://valor.globo.com/virador/#/edition/188089?page=1§ion=1)

S&P 500 Banks Index

Índice em pontos



Fonte: Valor PRO. Elaboração: Valor Data